

Sem mistério

Desde os tempos em que assumiu o comando do Ministério da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso optou pelo jogo franco e aberto com o público. Ao contrário de seus antecessores, desprezou as supostas vantagens dos pacotes-surpresa, preferindo revelar desde o início o seu objetivo, o modo e o tempo de alcançá-lo.

Assim foi com relação ao Plano Real: não houve impactos. Gradualmente implantado a grande surpresa ficou por conta de não ter havido surpresa alguma. Aconteceu, para espanto do público, exatamente o que o governo havia dito que aconteceria.

Agora, presidente eleito, Fernando Henrique repete a estratégia: diz que não haverá guinadas bruscas na gerência do Plano, que manterá a mesma equipe econômica e não se nega a relacionar quais as reformas prioritárias que pretende implementar. Reserva-se apenas o direito — e é mais que justo que o faça — de não adiantar os nomes que convidará para compor seu ministério.

Com tais atitudes, tranquiliza o mercado, a sociedade e garante a “transição suave” que mencionou em sua primeira entrevista depois de eleito. O presidente exibe a rara virtude, entre os políticos, de manter, depois das eleições, o mesmo discurso que proferiu no curso da campanha.

A essência de suas propostas reformistas tem

sido reiterada a cada entrevista: flexibilização dos monopólios estatais, incluindo o da Petrobrás, continuidade das privatizações, reformas tributária, fiscal e do Estado, sobretudo na falida estrutura da Previdência Social. Não há, tem dito o futuro governante, como rever o salário mínimo sem, antes, reformar a Previdência.

Quanto aos monopólios, baseia-se num raciocínio do presidente Castello Branco: se a empresa é competente, não precisa do monopólio; se não é, não o merece. Fernando Henrique não considera a Petrobrás privatizável, dadas as suas dimensões e seu caráter estratégico. Mas defende o estabelecimento de parcerias com o setor privado, de modo a ampliar sua produtividade e reduzir a carga de investimentos do Estado.

Com base em raciocínio similar, defende a privatização da Companhia Vale do Rio Doce. A empresa, contra-argumentam os seus defensores, é lucrativa, não havendo por que privatizá-la. A lógica de Fernando Henrique, no entanto, é outra: embora lucrativa, a empresa exige investimentos do Estado, cuja capacidade de gerar recursos é cada vez mais limitada, obrigando-o a ausentar-se em áreas onde sua ação é vital e intransferível, como segurança pública, saúde e educação.

A clareza do discurso do presidente eleito facilita a elaboração de uma agenda política e o encaminhamento dos debates.